



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES

CLEBER DALAPÍCOLLA JÚNIOR

**A QUALIFICAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA
ORIENTAR ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS**

Brasília
2014

CLEBER DALAPÍCOLLA JÚNIOR

**A QUALIFICAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA
ORIENTAR ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Licenciatura em
Educação Física pela Faculdade de
Ciências da Educação e Saúde Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Profa. Msc Celeida Belchior
Garcia Cintra Pinto

Brasília
2014

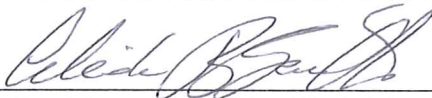
CLEBER DALAPÍCOLLA JÚNIOR

**A QUALIFICAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA
ORIENTAR ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS**

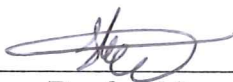
Trabalho de conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Licenciatura em
Educação Física pela Faculdade de
Ciências da Educação e Saúde Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília, novembro de 2014.

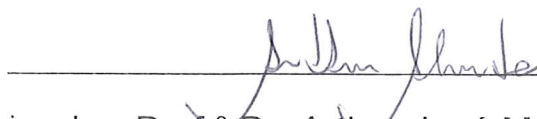
BANCA EXAMINADORA



Orientador: Profa. Msc. Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto



Examinador: Profa. Msc. Hetty Lobo



Examinador: Prof. Dr. Arthur José Medeiros de Almeida

RESUMO

Introdução: Incluir não é apenas colocar alunos com deficiência em salas regulares junto com seus colegas sem, no entanto, haver preocupação em oferecer a todos um programa adequado que proporcione a cada um deles o desenvolvimento de suas potencialidades. **Objetivo:** Analisar o preparo dos professores de Educação Física em trabalhar com alunos com necessidades especiais, destacando sua responsabilidade no acompanhamento e orientação dos mesmos. **Material e Métodos:** O estudo foi realizado através de uma pesquisa de natureza exploratória em livros e revistas, seguida de leitura seletiva, analítica, e finalizada com leitura interpretativa. **Revisão da Literatura:** A inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais (Cidade e Freitas, 1997). É imprescindível que o professor se mantenha atualizado e que continue investindo permanentemente na sua formação. (LORO, TONETTO e PAIM, 2008). É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao tipo de deficiência de seus alunos, idade em que apareceu, se é transitória, gradativa ou permanente e as funções e estruturas que estão prejudicadas. (Cidade e Freitas, 1997). **Considerações Finais:** A escola atual deve estar preparada para atender aos alunos com necessidades especiais, não bastando apenas preparar o ambiente físico, mas também investindo na formação continuada dos docentes, em especial o professor de Educação Física.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão, alunos deficientes, Educação Física, contexto escolar.

ABSTRACT

Introduction: Include only not place students with disabilities in regular rooms with their peers without, however, there is concern in offering everyone a suitable program that provides each of them to develop their potential. **Objective:** To analyze the training of physical education teachers to work with students with special needs, highlighting its responsibility in monitoring and supervision of the same. **Methods:** The study was conducted through an exploratory research in books and magazines, followed by selective reading, analytical, and finished with interpretative reading. **Literature Review:** Inclusion is a broad process with transformations, small and large, the physical environment and the mentality of everyone, including the very person with special needs (CIDADE e FREITAS, 1997). It is essential that the teacher can keep up and continue permanently investing in their training. (LORO, TONETTO and Paim, 2008). It is important that the teacher has the basic knowledge about the type of disability of their students, the age at which appeared, is transient, gradual or permanent and the functions and structures that are impaired. (CIDADE e FREITAS, 1997). **Final Thoughts:** The current school must be prepared to meet the special needs students, not just by preparing the physical environment, but also investing in the continuing education of teachers, especially the physical education teacher.

KEYWORDS: inclusion, disabled students, Physical Education, school context.

1 INTRODUÇÃO

Incluir não é apenas colocar alunos com deficiência em salas regulares junto com seus colegas sem, no entanto, haver preocupação em oferecer a todos um programa adequado que proporcione a cada um deles o desenvolvimento de suas potencialidades. Algumas modificações deverão ser feitas no sistema de ensino, no caso específico da Educação Física, para que este programa obtenha melhor desenvolvimento. Para incluir é necessário se comprometer com a criança, possibilitando a ela um desenvolvimento adequado. É ter como princípio primordial o de que uma criança com deficiência, antes de tudo, é uma criança, e como tal deve ser respeitada e provida de plenas condições de vida (SILVA et al., 2010).

Para que isso ocorra, é preciso possibilitar aos professores uma formação que abranja conhecimentos sobre as diferentes deficiências e as necessidades educacionais relativas a estas, propiciar a adequação do espaço físico e dos recursos materiais, além de assistência técnica específica. (DE VITTA et al., 2010).

Uma análise geral indica que os professores em muitos casos, apesar da obrigatoriedade de incluir alunos com necessidades educacionais especiais (NEE's) em aulas regulares, não se sentem preparados para lidar com tal clientela, as escolas ainda estão muito aquém das condições ideais para receber a “população especial” de crianças e adolescentes e que isso muitas vezes impede que os professores possam trabalhar de maneira mais eficiente, sobretudo nas escolas da rede pública onde esta situação apresenta um quadro ainda mais grave (SILVA e ANTONELLI, 2012).

Costa (2010), observa que existem limitações na formação profissional dos professores. Para que a inclusão possa ocorrer de fato é fundamental uma formação contínua do profissional e uma melhor infraestrutura das escolas para que a educação se adapte ao indivíduo.

Analizando dados sobre a auto percepção de competência pedagógica dos professores de Educação Física para atuar no ensino inclusivo (Ramos et al. 2013), não verificaram associação estatística entre a auto percepção de competência e o tempo de experiência docente com portadores de necessidades educacionais especiais (PNEEs). Isto pode indicar uma necessidade dos professores para a

obtenção de conhecimentos de caráter mais conceitual ou científico, dependente em parte de entidades de investigação pedagógica ou educacionais e dos processos formais de formação inicial ou continuada que possam ser compartilhados.

É possível ajudar as crianças especiais através do teatro, jogos e atividades ludo-educativas para e também os pais, em casa e na escola com os professores, pois através da abordagem histórico-cultural encontramos maneiras diferenciadas e importantes para compreender as crianças especiais em uma visão dialética e para conceber e implementar possibilidades reais de desenvolvimento humano em sua vida cotidiana. (ASSUMPÇÃO, et al., 2012).

A autora observa que é importante ressaltar que o trabalho com os professores, em formação contínua, deve ser prioridade, buscando efetuar as mudanças necessárias na escola. Especialmente quando se discute a questão da inclusão de crianças especiais, deficientes ou não, mas as crianças com necessidades especiais de condições de ensino.

A partir da análise de atividades sensório motoras, Zengo et al. (2012) notaram que cada criança, em seu tempo, deve obter a independência e consequentemente a autonomia para realização das tarefas lúdicas e recreativas. O exercício efetivo deve estimular uma maior autonomia de movimento, buscando uma locomoção independente ou, ainda, descobrindo novas possibilidades motoras, mais propícias às soluções de problemas do seu cotidiano, que estimulem o uso dos sentidos remanescentes.

Leite e Bezerra (2014), observaram que a inclusão vem se consolidando gradativamente. As dificuldades apresentadas durante o processo estão sendo vencidas. As aulas devem ser preparadas para um grupo de alunos que aparentemente não possuíam nenhuma deficiência física. Com a inclusão, a escola e seu corpo docente, vêm buscando maneiras de se adaptar à nova realidade, onde alunos PNEE estão no mesmo ambiente dos que não estão limitados pela condição física.

Assim, a pesquisa teve como objetivo analisar o preparo dos professores de Educação Física para trabalhar com alunos com necessidades especiais, destacando sua responsabilidade no acompanhamento e orientação dos mesmos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica de artigos relacionados com a Educação Física Inclusiva, caracterizando-se como exploratória. Foram identificados artigos e trabalhos científicos publicados em periódicos relevantes, disponíveis para consulta em: Revista Movimento, Revista Digital, FIEP Bulletin, Revista Brasileira de Educação, Revista de Educação Física/UEM, Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Motriz: Revista de Educação Física; RED de Revistas Científicas de América Latina. As palavras: inclusão, alunos deficientes, Educação Física e contexto escolar, foram utilizadas como fonte de pesquisa.

O tema proposto para o trabalho é “A qualificação do professor de educação física para orientar alunos com necessidades educacionais especiais”. A pesquisa foi realizada através de artigos e livros dos anos de 1990 a 2014.

Após a leitura exploratória realizou-se uma leitura seletiva verificando a relevância dos achados. Em seguida à leitura seletiva realizou-se uma leitura analítica, buscando analisar os materiais selecionados na leitura anterior. A finalização foi realizada por meio da leitura interpretativa que consistiu em relacionar os artigos com o tema proposto.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão implica na modificação da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania (SASSAKI, 1997).

A inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais. Busca promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (CIDADE e FREITAS, 1997).

A Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação em 1987 e prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. Por isso, muitos professores de Educação Física atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à Inclusão. Também é sabido que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno portador de uma deficiência (CIDADE e FREITAS, 1997).

A prática pedagógica de caráter inclusivo na educação física esbarra em históricas dificuldades que estão relacionadas com o entendimento da sua ação. Enquanto a ação pedagógica estiver centrada no ensino do movimento e o desenvolvimento de sua técnica respaldada por conceitos de “melhor/pior”, “certo/errado” e “ganhar/perder”, sempre haverá margem para a exclusão (FALKENBACH et al, 2007).

Quando a temática trata da ação pedagógica da educação física na educação infantil com vistas à inclusão, entendemos que o brincar ganha significância no papel de aprendizado da criança. O brincar capacita a experimentação concreta da criança, possibilitando um ir e vir entre as representações mentais e as ações concretas, firmando-se como um facilitador no exercício das atividades (FALKENBACH, 2005).

Autores como Goffredo (1992) e Manzini (1999) têm alertado para o fato de que a implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educativas especiais, além de infraestrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação especializada dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo.

No contexto educacional atual, inúmeras mudanças vêm ocorrendo: científicas, tecnológicas e até mesmo paradigmáticas. Hoje, o professor, mais do que nunca, necessita atualizar-se constantemente para atender às necessidades educacionais escolares. Independente da área do conhecimento, os profissionais precisam ser multifuncionais, competentes e estudiosos. É imprescindível que o professor se mantenha atualizado e que continue investindo, permanentemente, na sua formação, buscando inovar, diversificar e rever conceitos na tentativa de atender às necessidades educacionais escolares (LORO et al, 2008).

Assim, o professor necessita qualificar-se constantemente para tentar acompanhar as transformações do contexto atual, globalizado.

A inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino não consiste meramente em assegurar sua matrícula na escola, mas também fornecer subsídios necessários para seu aprendizado e autonomia, ou seja, garantia também de acessibilidade. No entanto, para que este processo inclusivo se efetive, é necessário planejar e melhorar a acessibilidade arquitetônica nas escolas, para proporcionar condições de acesso das pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida a todos seus ambientes ou compartimentos (FREITAS et al., 2008).

A importância da acessibilidade e a eliminação de barreiras arquitetônicas é um ponto crucial para favorecer a inclusão dos alunos com deficiência física em todos os ambientes da escola, inclusive nos ambientes de prática das aulas de Educação Física (PALMA, 2010).

É importante que os(as) professores(as) de Educação Física, assim como os(as) demais professores(as) da Educação Infantil, e os(as) professores(as) de Séries Iniciais, que trabalham em seus currículos a relação do corpo e do

movimento, conheçam as características de cada aluno para, assim, oportunizar as vivências motoras (SAYÃO, 2002).

Segundo Barroso (2006) pensar a escola no novo milênio é pensar nas múltiplas possibilidades que esta tende a oferecer aos educandos. Para tanto, é papel da escola valorizar as diferenças, a singularidade, enfim, abraçar a diversidade na pluralidade e respeitar princípios legais da inclusão.

3.2. A INCLUSÃO ESCOLAR E OS ASPECTOS LEGAIS

A política inclusiva de alunos deficientes na escola serve para desenvolver potenciais, respeitando as diferenças e atendendo às suas necessidades. A escola deve criar espaços que propiciem a inclusão, comprometendo-se com uma educação de qualidade para todos os alunos, para que se atinjam os objetivos educacionais (BRASIL, 2010).

De acordo com a LDB 9394 (1996), Art. 58º, § 1º, a modalidade de educação escolar especial é compreendida como um modelo educacional oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. No Art. 59º, III, da mesma Lei, os professores devem obter uma especialização própria para trabalhar com pessoas especiais e se tornarem capazes de serem mediadores da inclusão desses alunos no contexto escolar.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2010), sua Proposta Pedagógica deve possibilitar tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância, construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (DCN, E I, 2010).

A diversidade no âmbito escolar é importante, pois garante o acesso à escola visando o ensino de qualidade, comprometido com a inclusão. A escola tem o papel de tornar mais forte o respeito à diversidade, e à aceitação da desigualdade, pois as diferenças devem ser vistas como um incentivo para que se cumpra uma educação de qualidade. No século atual, há uma expectativa que a escola forme cidadãos críticos, que participem das atividades dentro da sociedade, e que respeitem as diferenças.

O princípio da declaração de Salamanca ressalta que as escolas devem adaptar-se para acomodar todas as crianças, deficientes ou não. Na escola inclusiva é essencial o aprendizado de forma que abranja todas as crianças e promova o entrosamento entre deficientes e os demais alunos, construindo assim uma educação inclusiva (ESPANHA, 1994).

A Declaração de Jomtien, aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, afirmou a educação como condição para o desenvolvimento. Essa ideia, permeada pela percepção de que a educação deveria formar recursos humanos ou capital humano para o trabalho, justificava a promoção do direito à educação para todos (Oliveira, 2000) e o investimento em educação, cujo resultado seria o desenvolvimento, o crescimento econômico, a eficiência e a qualidade (Silva, et al, 1996).

A Declaração de Salamanca (1997) reafirma a necessidade de educar todas as crianças na escola comum, em parte porque a inclusão é mais eficaz como mecanismo de gestão da diversidade e melhora a relação custo-benefício do sistema educativo. Além disso, a Declaração aponta a necessidade de preparar os jovens com necessidades educativas especiais para a vida adulta e para serem economicamente ativos (Caiado, 2006).

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, MEC (2010), a política de inclusão implica na revisão de “concepções e paradigmas” e na tarefa de desenvolver o potencial das pessoas com necessidades especiais, no respeito às suas diferenças e no atendimento às suas necessidades. Para realizar essas metas a escola deve propiciar ações que favoreçam determinados tipos de interações sociais, definindo, em seu currículo, uma opção por práticas heterogêneas e inclusivas.

O desafio é tornar as escolas espaços inclusivos e, nesse contexto, os professores têm papel fundamental. A educação especial deve possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos da educação geral (CAIADO e LAPLANE, 2009).

Nas DCN (2000) estão previstos, ainda, a formação de professores capacitados para atuar com alunos com necessidades especiais e de professores especializados, projeto pedagógico inclusivo, avaliação que contemple as variáveis envolvidas na aprendizagem, realizada por equipe de avaliação com a participação dos profissionais que acompanhem o aluno (dentro e fora da escola, na comunidade, etc.), serviços de apoio pedagógico especializado.

Em caráter extraordinário e transitório, as Diretrizes admitem a organização de classes especiais nos casos em que os alunos “apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandem ajuda e apoio intenso e contínuo e cujas necessidades especiais não puderem ser atendidas em classes de apoio” (CAIADO e LAPLANE, 2009).

3.3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

É imprescindível que o professor se mantenha atualizado e que continue investindo permanentemente na sua formação. Terá, então, que inovar, diversificar e rever conceitos na tentativa de atender às necessidades educacionais escolares, inclusive, diante da globalização, em que o acesso às informações é muito rápido. Assim, o professor necessita qualificar-se constantemente para tentar acompanhar essas transformações (LORO, TONETTO e PAIM, 2008).

No contexto educacional atual, inúmeras mudanças vêm ocorrendo: científicas, tecnológicas e até mesmo paradigmáticas. Hoje, o professor, mais do que nunca, necessita atualizar-se constantemente para atender às necessidades educacionais escolares. Independente da área do conhecimento, os profissionais necessitam ser multifuncionais, competentes e estudiosos (LORO, TONETTO e PAIM, 2008).

A inclusão de alunos com deficiência, na rede regular de ensino, não consiste meramente em assegurar sua matrícula na escola, mas também fornecer subsídios necessários para seu aprendizado e autonomia, ou seja, garantia também de acessibilidade. No entanto, para que este processo inclusivo se efetive, é necessário planejar e melhorar a acessibilidade arquitetônica nas escolas, para proporcionar condições de acesso das pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida a todos seus ambientes ou compartimentos (FREITAS et al., 2008)

A importância da acessibilidade e a eliminação de barreiras é um ponto crucial para favorecer a inclusão dos alunos com deficiência física em todos os ambientes da escola, inclusive nos ambientes de prática das aulas de Educação Física (PALMA e MANTA, 2010).

Um ponto importante da formação acadêmica é o fato de o professor ter cursado ou não a disciplina Educação Física Adaptada. Dentre os profissionais de Educação Física, uma considerável parcela não recebeu, em sua formação acadêmica, subsídios teóricos e metodológicos para trabalhar com alunos com deficiência em contexto escolar. A disciplina Educação Física Adaptada, que contempla conteúdos relativos à pessoa com deficiência, passou a fazer parte dos currículos universitários a partir de 1987 (CIDADE e FREITAS (2002); DUARTE e LIMA (2003).

No contexto escolar, frente à diversidade, não há mais espaço para apenas uma forma de Educação Física, pelo contrário, é preciso uma Educação Física Escolar que esteja atenta às diferenças, que as identifique e as reconheça para melhor atendê-las (SEABRA JÚNIOR, 2006).

Não se pode aceitar que nos dias de hoje, com o avanço das pesquisas, uma pessoa com deficiência seja excluída das aulas de Educação Física, e de qualquer prática afim, por apresentar algum tipo de deficiência (ALMEIDA, 2008).

Para que todos os alunos possam participar das atividades propostas nas aulas de Educação Física, tendo respeitadas as possibilidades e potencialidades individuais, caracterizando a inclusão educacional, a atuação do professor de Educação Física é crucial. O professor é o principal mediador do processo de ensino e de aprendizagem de habilidades esportivas e motoras de alunos com e sem

deficiência. Durante uma aula de Educação Física são ensinados e apreendidos valores, normas e maneiras de pensar. O papel do professor de Educação Física é de suma importância para a inclusão de alunos com deficiência e envolve questões como a própria formação acadêmica, conhecimento sobre deficiências, experiência na área e valores (FIORINI, 2011).

A formação, em nível de ensino superior, do professor que atua na educação básica apresenta necessidade de aprimoramento com o intuito de oferecer o devido suporte aos futuros profissionais da educação. Ter isso em mente é importante para que se desvincule a ideia da formação continuada/permanente/em serviço, como sendo redentora de uma formação superior deficiente, ou mesmo como encarregada de preencher as lacunas observadas nessa formação. A noção de que a graduação oferece uma formação profissional inicial, formação esta que continua se processando ao longo da vida profissional, é fundamental para que a constante aproximação de estudos e experiências mais recentes não seja negligenciada (CRUZ, 2005).

3.4. EDUCAÇÃO FÍSICA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA COMPROMETIDA COM A INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES

Na escola, os educandos com deficiência leve e moderada podem participar de atividades dentro do programa de Educação Física, com algumas adaptações e cuidados. A realização de atividades com crianças, principalmente aquelas que envolvem jogos, devem ter um caráter lúdico e favorecer situações onde a criança aprende a lidar com seus fracassos e seus êxitos. A variedade de atividades também prevê o esporte como um auxílio no aprimoramento da personalidade de pessoas portadoras de deficiência (Bueno e Resa, 1995). As crianças com algum nível de deficiência (auditiva, visual, física e mental) podem participar da maioria das atividades propostas.

É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Implica, também, que esse educador conheça os diferentes

aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional (CIDADE e FREITAS, 1997).

No caso de deficiência visual deve-se assegurar de que ele está familiarizado com o espaço físico, percursos, inclinações do terreno e diferenças de piso, estas informações são úteis, pois previnem acidentes, lesões e quedas. É importante que toda a instrução seja verbalizada, dando possibilidade para o que o aluno portador de deficiência visual entenda a atividade proposta (CIDADE, 2002).

Quanto ao aluno surdo é essencial que haja um interprete de libras em sala de aula, porém isso não resolve o problema, apesar de melhorar a compreensão dos conteúdos. Desta forma tanto alunos normais como professores devem buscar a cooperação e parceria com alunos que tenham limitações para que aconteça de fato uma inclusão social (LACERDA, 2006).

É importante observar se a prótese está bem adaptada, para evitar ruídos, se está suja ou entupida, verificando as condições das pilhas e se estão bem reguladas (CIDADE, 2002).

Em relação ao aluno cadeirante, os esportes contribuem para a interação social e aumento de sua autoestima. Um desses esportes é o basquetebol. Trata-se de um esporte coletivo que pela intenção obrigatória facilita a integração de pessoas deficientes com outras, nas mesmas condições (GARCIA, 2009).

As práticas esportivas realizadas pelos cadeirantes visam, igualmente, à sua adaptação à cadeira de rodas. Assim aprendem a melhor se locomover sozinhos, ou seja, através de atividades desportivas eles ficam mais independentes e autoconfiantes (GARCIA, 2009).

Como medida preventiva, o professor que tiver um aluno com lesão medular ou outra deficiência física que implique no uso de cadeira de rodas, deve pedir que o aluno faça o esvaziamento da bexiga e intestino antes da aula de Educação Física. Observar os locais de maior contato com a cadeira de rodas (glúteos e as costas) para ver se não há a formação de escaras. E ainda observar que as aulas de Educação Física não sejam na hora mais quente do dia, para que não haja complicações do tipo: febre e insolação (CIDADE, 2002).

O aluno deficiente mental tem o direito de ter uma educação de qualidade e para que isso aconteça o meio escolar precisa passar por uma série de mudanças

como a acessibilidade, formação continuada dos professores, conscientização da comunidade escolar e a adequação dos projetos políticos pedagógicos tornando-os flexíveis e acessíveis, conforme a LDBEN 9.394/96 em seu Capítulo V, Art.58 §1º e §2º e no Art.59, I, II, III (BRASIL, 2012).

A inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares contribui para o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e motor. Considerando que a prática de atividade física é fundamental para o desenvolvimento humano em todas as fases da vida, em especial na fase escolar é que as aulas de Educação Física se tornam extremamente importantes para o aluno com deficiência mental, pois as atividades físicas quando adaptadas à necessidade do aluno contribuem para seu aprendizado tanto motor quanto cognitivo.

A escola deve buscar alternativas para a inclusão de alunos com deficiência mental, que é pouco enfocada nos bancos acadêmicos, no que se refere às estratégias adequadas ao melhor andamento da aula e desenvolvimento desse aluno, buscando sua inclusão no ensino regular e nas aulas de Educação Física.

A síndrome de down, por exemplo, é uma deficiência intelectual de origem genética e esses indivíduos possuem equilíbrio deficiente, hipotonia e hiperflexia o que pode tornar seu desenvolvimento motor mais lento, diante disto vê-se a necessidade da estimulação motora e adequada precocemente (GALLAHUE e OZMUN, 2005). Esse aluno tem o mesmo direito de ter uma educação de qualidade e que é para ele tão importante quanto é para os alunos “ditos normais” a prática de atividade física, pois através dela é possível desenvolver as habilidades motoras, cognitivas e afetivas e propiciar a ele experiência de uma vida social.

Os deficientes mentais, assim como os outros alunos devem participar da Educação Física Escolar, e o professor é o principal responsável para que isto aconteça, pois cabe a ele elaborar planos de aula adaptados para estes alunos, buscando desenvolver suas habilidades e fortalecendo suas potencialidades. Em todas as atividades deve-se considerar as potencialidades e limitações das pessoas com deficiência, devendo ser realizada de maneira constante, progressiva e regular (CIDADE e FREITAS, 2002).

Como citado pelos autores pesquisados, os alunos com deficiência mental possuem um ritmo mais lento para compreender e, devido à sua baixa

concentração, sua atenção não é constante, o que dificulta um pouco sua participação. Portanto, é importante que os professores se adaptem ao ritmo desses alunos e busquem o seu desenvolvimento integral, com paciência, oportunizando atividades adequadas as suas possibilidades de resposta (OLIVEIRA et al, 2013).

Quando se fala em educação inclusiva, a Educação Física é a disciplina que mais se destaca, pois ela é capaz de trabalhar o aluno num todo, de forma lúdica, integradora e socializadora. Através da prática de atividade física na escola é possível desenvolver aspectos motores, cognitivos, afetivos, socioculturais e sociais. Considerando que a atividade física é extremamente importante para qualquer pessoa, os indivíduos com necessidade especial, entre eles o deficiente mental, são capazes desenvolver suas habilidades motoras e cognitivas dentro dos seus limites e potencialidades (OLIVEIRA et al, 2013).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se por meio da pesquisa que a escola atual deve estar preparada para atender aos alunos com necessidades especiais, não bastando apenas preparar o ambiente físico, mas também a preparação dos docentes, em especial o professor de Educação Física, observando que a lei 9.394/96 (LDBEN), em seu artigo 59, inciso III assegura aos profissionais da educação regular a capacitação para a integração desses alunos nas classes comuns.

A Educação Física é indispensável para qualquer pessoa, em especial aos alunos com necessidades especiais, pois a prática de atividades físicas contribui para o desenvolvimento dos aspectos motor, social, afetivo e cognitivo.

Considerando que a prática de atividade física é extremamente importante para o desenvolvimento das crianças, os alunos com necessidade especiais, inclusive os deficientes mentais e cadeirantes, também devem realizá-las, porém é preciso levar em consideração algumas limitações, pois conforme for a necessidade implicará em algumas adaptações nas atividades.

Observando que a inclusão escolar de alunos com deficiência é uma demanda cada vez maior da sociedade atual, esperamos com este estudo não só ampliar as discussões sobre os processos de produção de conhecimento na área, mas também apresentar elementos que contribuam para subsidiar os gestores educacionais na tomada de decisões comprometidas com a inclusão no ensino regular, tendo o cuidado de investir na formação continuada dos educadores envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. J. G.; PORTO, E. T. R. A pessoa deficiente visual: revelações sobre a atividade motora. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, Centro de Pesquisas, v. 5, n. 12, p. 17-21, 1999.
- ALMEIDA, M. S. **Educação Física Escolar e a inclusão de aluno com deficiência**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo: 2008.
- ASSUMPÇÃO, Maiara Pereira et al. Trabalhando com crianças especiais: uma intervenção através da teoria da atividade e de retrospectiva histórico-cultural de Educação Física. **FIEP BULLETIN**, v. 82, Special Edition, 2012.
- BARROSO, João. Incluir sim, mas onde? Para uma reconceitualização sóciocomunitária da escola pública. In: RODRIGUES, David. (org.). **Inclusão e Educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- BRASIL. **Lei 9394 20 dez.**, 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. **Educacion Fisica para niños y niñas com necesidades educativas especiales**. Malaga: Aljibe, 1995.
- CAIADO, K. R. M. **Aluno deficiente visual na escola**: Lembranças e depoimentos. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- CAIADO, K. R. M.; LAPLANE, A. L. F. **Inclusão escolar**: das políticas às práticas pedagógicas. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25. Anais..., 2011, São Paulo – SP.
- CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. de. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: UFPR, 2002.
- CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Uberlândia, 1997.
- CIDADE, Ruth. Educação Física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola, **revista integração – MEC**, Brasília, 2002.

COSTA, Vanderlei Balbino. **Inclusão escolar na educação física:** reflexões acerca da formação docente. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Educação Especial da UFSCar, São Carlos, SP, Brasil 2010.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo.** 2005. Tese (doutorado) - Programa de pós-graduação em Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DE VITTA, Fabiana Cristina Frigieri et al. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Esportes**, Marília, v. 16, n .3, p. 415-428, Set./ Dez., 2010.

DIEHL, K.M. Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência. **Revista Scielo.** São Paulo, 2006.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. Atividade **Física para Pessoas com Necessidades Especiais:** experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 2003.

ESPANHA. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca.** Espanha, 1994.

FALKENBACH, A. **Crianças com crianças na psicomotricidade relacional.** Lajeado: UNIVATES, 2005.

FALKENBACH, Atos et al. A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 02, p. 37-53, maio/agosto, 2007.

FIORINI, Maria Luiza Salzani. **concepção do Professor de Educação Física sobre a inclusão do aluno com deficiência.** Dissertação (pós-graduação) -Programa de pós-graduação em Educação Especial. Marília – SP: Janeiro de 2011.

FREITAS, L. P. T. et al. **Barreiras arquitetônicas:** as limitações do direito de ir e vir dos alunos com deficiência física da Escola Agrotécnica Federal de Iguatu/ Campus I. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 3. Anais..., 2008, Fortaleza - CE.

GALLAHUE, David L; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

GARCIA, Auta Ignácia da Silva. **Inclusão escolar do aluno cadeirante.** 2009. Dissertação (pós-graduação) – Programa de pós-graduação em Educação Inclusiva – Universidade Candido Mênides, Rio de Janeiro: 2009.

GOFFREDO, V. Integração ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro. **Integração**, v. 4, n. 10, p. 118 – 127. 1999.

GOMES, Thamyres de Sousa. **Educação Física como forma de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais**. Dissertação (trabalho de conclusão de curso), UniCEUB, Brasília, 2013.

LACERDA, F.B.C. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e interpretes sobre esta experiência. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, 2006.

LEITE, Francisco Edson Pereira; BEZERRA, Rodrigo Viana. Educação Física: uma abordagem inclusiva na escola Luiz Ribeiro de Lima inclusão. **FIEP BULLETIN**, v. 84, Special Edition, 2014.

LORO, Alexandre Paulo, TONETTO, Gilnei, PAIM, Maria Cristina Chimelo. A Formação Contínua dos professores de Educação Física da rede pública de ensino. **Educação**, Santa Maria, v. 33, n. 2, p. 281-292, maio/ago. 2008.

MANZINI, E. F. Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador? **Temas sobre desenvolvimento**, v. 7, n. 42, p. 52 – 54. 1999.

OLIVEIRA, D. A. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Rio de Janeiro: **Vozes**, 2000.

OLIVEIRA, Anielle Aparecida Bastos de et al. **A questão da inclusão dos alunos com deficiência mental na escola regular e as aulas de educação física**. In: Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, 18. Anais..., 2013, Cruz Alta – RS.

PALMA, Luciana Erina, MANTA, Sofia Wolker. Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de Educação Física sobre a acessibilidade nos espaços de prática para as aulas. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 303-314, maio/ago. 2010.

RAMOS, Valmor et al. Auto percepção de competência pedagógica de professores de Educação Física no ensino inclusivo. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Florianópolis, v. 21, n. 2, 2013.

SANT'ANA, Izabella Mendes. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E DIRETORES. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SAYÃO, D. T. Corpo e movimento: notas para problematizar algumas questões relacionadas à educação infantil e à Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 55-67, jan. 2002.

SCHIRMER, C.R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R. **Atendimento Educacional especializado**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf>.

SEABRA JÚNIOR, L. **Inclusão, necessidades especiais e Educação Física**: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2006.

SILVA, Luciana Leandro et al. Inclusão dos alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física nas escolas estaduais de Boa Vista – Roraima. **FIEP BULLETIN**, Boa Vista, v. 80, Special Edition, 2010.

SILVA, T. T et al. Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: **CNTE**, 1996.

SILVA, Thiago Júnior Barbosa; ANTONELLI, Paulo Ernesto. A Educação Física no ensino regular em São João Del-Rei/MG: percepções dos professores em relação à educação especial. **FIEP BULLETIN**, v. 82, Special Edition, 2012.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>>.

ZENGO, Loiane Maria et al. Estratégias e recursos aplicados em atividades lúdicas para aquisição de autonomia e independência de crianças cegas e com baixa visão. **FIEP BULLETIN**, Presidente Prudente, v. 82, Special Edition, 2012.

ANEXOS

AUTORIZAÇÃO

Eu, Cleber Dalapícolla Júnior

RA 21229830, aluno (a) do Curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, autor(a) do artigo do trabalho de conclusão de curso intitulado a qualificação do professor de educação física para orientar alunos com necessidades educacionais especiais, autorizo expressamente a Biblioteca Reitor João Herculino utilizar sem fins lucrativos e autorizo o professor orientador a publicar e designar o autor principal e os colaboradores em revistas científicas classificadas no Qualis Periódicos – CNPQ.

Brasília, 25 de Novembro de 2014.

Cleber Dalapícolla Júnior

Assinatura do Aluno



CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC

Declaração de aceite do orientador

Eu, Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto, declaro aceitar orientar o (a) aluno (a) Cleber Dalapícolla Júnior no trabalho de conclusão do curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília – UnICEUB.

Brasília, 01 de Setembro de 2014.



ASSINATURA

**CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR
CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUTORIA**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC**

Declaração de Autoria

Eu, Cleber Dalapícolla Júnior, declaro ser o (a) autor(a) de todo o conteúdo apresentado no trabalho de conclusão do curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília - UnICEUB. Declaro, ainda, não ter plagiado a idéia e/ou os escritos de outro(s) autor(s) sob a pena de ser desligado(a) desta disciplina uma vez que plágio configura-se atitude ilegal na realização deste trabalho.

Brasília, 19 de 11 de 2014.

Cleber Dalapícolla Júnior

Orientando

FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE TCC

Venho por meio desta, como orientador do trabalho,
A QUALIFICAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PARA ORIENTAR ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS
autorizar sua apresentação no dia 19 / 11 / 14 do presente
ano.

Sem mais a acrescentar,



Orientador



FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO FINAL DE TCC

Venho por meio desta, como orientador do trabalho,

**A QUALIFICAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PARA ORIENTAR ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

do aluno (a) Cleber Dalapícolla Júnior autorizar a entrega da
versão final e corrigida após avaliação da banca examinadora.

Sem mais a acrescentar,

Data: 25/11/2014

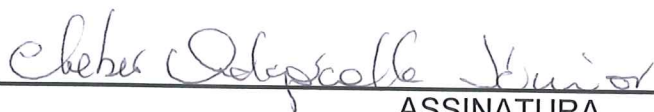


Orientador



FICHA DE RESPONSABILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE TCC

Eu, Cleber Dalapícolla Júnior RA:21229830 me responsabilizo pela apresentação do TCC intitulado A Qualificação do Professor de Educação Física para Orientar Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no dia 19/11 do presente ano, eximindo qualquer responsabilidade por parte do orientador.



ASSINATURA

